
Politica



1 9 2 9

SECRETARIO DE REDACÇÃO — *Antônio de Amaral-Pyrat* (F. D. U. L.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fidalgo Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.^A (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1^o

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.^{da} — Rua Eugenio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMÁRIO

Fascismo e Catolicismo	<i>José Pequito Rebello</i>
Henry Massis	<i>Eugénio Moreao</i>
Municipio... ou não	<i>Luis Chaves</i>
congresso Beirão	
Arte.	<i>A. de Mendonça-Dias</i>
falou o Papa	
de Letras	
ao ritmo da Ampulhetá	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Províncias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00
Número avulso 1\$50	

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Politica

REVISTA QUINZENAL

ÓRGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 15 de Julho de 1929

Fascismo e Catolicismo

X

DEPOIS dos acordos lateranenses, o meu coração de nacionalista e de católico exultou, por ver realizada através da reconciliação entre a Santa Só e a Itália, uma mais larga comunhão entre o ideal cristão e o fascista.

Esse retumbante acontecimento, que o mundo inteiro carcou de admiração e regozijo, era para mim como que um sinal da perfeição dos tempos; uma era de absoluta integridade material e moral parecia raiar no mundo; num século de tendências pagãs, entregue à anarquia manha ou sanguinolenta, ao menos um país (e não qualquer, o próprio centro tradicional da civilização) nos parecia oferecer o modelo da ordem restaurada em Cesar e em Deus, a fórmula perfeita da civilização material e moral.

A esta luz de optimismo, que emanava da actualidade, era permitido lançar ao passado de novo o olhar: a obra revolucionária e guerra da unidade italiana é claro que deverá ser sempre considerada pela consciência de um católico como violadora de direitos, atentatória da magestade suprema e sacratissíma do Papa-Rei; deserto podemos pensar que foi a imperfeição dos homens que fez que só fosse possível por estes meios violentos e imorais a realização do ideal da unidade italiana, deserto legítimo; e também que certamente um caminho existiria no conjunto das eventualidades da história em que fosse possível, sem sacrilégio, a ressurreição da Itália una: não nos é lícito por exemplo imaginar o que seria o risorgimento com o espírito fascista, como teria sido um risorgimento em que uma pura italianidade tivesse despretendido, sem mistura de influências parlamentaristas, democráticas, anticlericais, maçónicas, influências não italianas, porque irradiaram de além dos Alpes, da Alemanha, da França, da Inglaterra?

POLITICA

O risoriente, porém, foi o que foi; e deixando à infinita jurisdição do tribunal divino o seu julgamento moral, agora constatávamos com alegria que a Providência tinha consumado a sua obra através das imperfeições humanas: Roma agora já pertencia legitimamente aos italiani. Um Papa, cheio de fortaleza e de espiritualidade, generoso e maternal, renunciara praticamente ao poder temporal na forma concreta e histórica de um estado com potência da ordem da potência dos outros estados, embora do poder temporal subsidiário da soberania espiritual mantivesse a essência; renunciara a Roma em favor da Itália, contentando-se com a cidade do Vaticano, como se afinal reconhecesse que são sempre insignificantes quaisquer rendências territoriais de um Estado que por assim dizer não existe tanto em superfície, como em profundidade e altura, guardando a mais rica tradição moral da humanidade e a própria Revelação divina, ligando a terra a céu em Torre eterna e inexpugnável, sustentando uma luz que é a própria luz do mundo...

Sim, pelo lado do Papa, sem dúvida possível, a conciliação só fazia brillar mais vivamente a espiritualidade, a divindade da Igreja!

Mas pelo lado italiano, pelo lado humano e social, como compreender esta entrada de um governo nacional e civil de Roma que em Roma, esta plena posse moral e jurídicos que os acordos de Latrão lhe asseguraram? Não é Roma, mesmo abstraindo do seu caráter católico, uma cidade sacerdotal, imperial, universal? E não pareceria assim mais conveniente, mesmo no ponto de vista humano, no ponto de vista da dignidade civil que em Roma reinasse um Papa de preferência ao Rei de uma nação, mesmo que esse Rei e essa nação sejam a nobilíssima Itália e o seu nobilíssimo Rei? Ora, tão harmoniosa me parecia a combinação da Providência, que até essa dificuldade me parecia resolvida pela letra e pelo espírito da conciliação: ao tomar plena posse jurídico e moral de Roma, ipso facto a nação italiana assumia o caráter imperial; ou melhor, esse caráter imperial já existia implícito no fascismo, e por o fascismo conter em si essa essência imperial, é que mereceu fazer a conciliação, é que teve o poder realizar de fazê-la, é que se revestiu da dignidade imperial inerente a essa realização.

Mas que loucura magnânima queria a minha imaginação? De novo um imperador em Roma e, violando séculos de história, as legiões de novo percorrendo as marchas do Império? Não, simplesmente eu reconhecia no fascismo o seu caráter inconfundível de ressurgimento da civilização perfeita, de restauração integral do homem que em longos tempos de anarquia e de turbas democráticas abdicara de si mesmo; eu reconhecia no fascismo o seu irrecusável poder de irradiação para além das próprias fronteiras, por apresentar o exemplo, o modelo para a solução do problema da civilização; serviço imperial fez o fascismo ao surgir, pondo uma barreira à nova invasão slava ou asiática; função imperial exerceu o fascismo fazendo da Itália o campo de experiência da Nova Ordem, da civilização defendida e consolidada, desenterrando

das fecundas entranhas da terra itálica, o Homem-Novo, na plenitude da sua vida social, espiritual e cívica, como já outrora das mesmas fecundas entranhas foram desenterrados, nos tempos da Renascença, os modelos clássicos da simples beleza plástica, corporal; toda essa eficiência, toda essa benemerência imperial do fascismo, porém, só seria completa se o fascismo, consumando-se, sublimando-se, tornando-se superior a si mesmo, e ao mesmo tempo procurando através das relatividades o único Absoluto, fosse o instrumento de um acordo entre Deus e o homem, entre a Igreja e o Estado.

A mentalidade unitária do fascismo que se revela, por exemplo, na solução dada à questão social pelo corporativismo que em vez de estabelecer a premissa da luta das classes estabelece ao contrário o princípio da unidade do interesse económico que é comum a todos os elementos da produção, parece que devia também dar à questão religiosa a solução da ortodoxia, afirmando em vez da ideia da oposição entre a Igreja e o Estado, o postulado da sua necessária harmonia.

Assim intensificado, exaltado, espiritualizado pelo reflexo religioso o ideal fascista se tornaria, consumadamente, um ideal verdadeiramente universal, o tipo da civilização, impondo-se aos países do meio da Terra com irresistível irradiação, numa forma de primado civil e espiritual, de imperialismo menos de autoridade política do que de espontânea aceitação, mais de qualidade e prestígio moral do que de quantidade e de força.

Não seriam as legiões tecendo pelas estradas romanas, de novo, uma gigantesca rede de ocupação militar subjugando o mundo a Roma: mas somente uma universal e pacífica conflagração de todos os países que essas legiões outrora civilizaram, numa renascença geral da autoridade, restabelecendo na liberdade das respectivas fronteiras, esse patrimônio venerando de civilização que no seu sub-consciente coletivo todos mais ou menos tinham latente, sob as cinzas inglórias de séculos de decadência e de democracia...

O novo imperialismo latino não precisaria de ser um imperialismo de absorção política, de conquista concentradora, porque a sua zona de ação abrange raças nobres de tradição romana e de formação católica, que por isso mesmo possuem a integridade dos elementos da civilização, embora latentes, os quais agora não têm que ser criados, mas apenas precisam de ouvir a palavra de ressurreição política que o fascismo dá... Reerguidos todos pela revolução fascista, revolução não de indivíduos, mas de Estados, todos eles formarão um império sem governo central, uma livre amílgua de espontânea aliança para a defesa do ocidente, deixando as formações massicamente imperialistas a outras zonas do mundo de menos rica tradição civil: o bloco slavo, o bloco norte americano, etc.

A maneira gaula em que as comunas, sob o patronato moral do Papa, se ligavam contra os germanos bárbaros e o seu imperador, se

fizesse também agora o tácito entendimento, não já das comunas itálicas, mas das nações latinas, restituídas à sua natureza política, conscientes da sua alta civilização, defendendo-a contra os impérios invasores, sob a égide moral do Papado.

E tanto mais verosímil parecia a aceitação desta orientação pela Itália, quanto atitude não contrária a diplomacia fascista tem tomado nos concílios mundiais: ainda há pouco na Sociedade das Nações o delegado italiano se fazia o campão de uma honrada liberdade económica para as nações, contra a tendência das grandes concentrações industrialistas, dos imperialismos plutocráticos, que desejariam dar ao mundo a natureza monárquica e o nome bárbaro de *Treat*!

Como repondeu o discurso de Mussolini, discurso interpretativo da Conciliação, em que se marcaram as directivas da política religiosa do fascismo, a estas generosas aspirações de um nacionalismo que creio poder qualificar de nacionalismo cristão?

José Pequeno Rebello.

PARA MEDITAR...

Assistimos ao afirmar dum instinto de vital conservação para as pátrias europeias, ruidas durante mais de cem anos pela gafa cancerosa da democracia. Em presença do espírito unânime, tanto da inteligência como da produção, para a coordenação comum dum chefe (e na verificação de semelhante fenómeno Lenine e Mussolini equivaler-se), a unidade do Estado aparece-nos como custódia e fiel dos diversos pluralismos em que a sociedade volta a exprimir-se, depois de refeita da desorganização mortifera para onde o romantismo político a atirara. Se a Ditadura traduz assim a directriz dominante na transformação visível dos sistemas e métodos governativos, não é menos certo que a intensificação das funções contrádoras do Estado é acompanhada pelo crescimento vigoroso do sentido colectivo da vida individual, que o século passado desconheceu, ou pelo menos, não quis conhecer, mas a crua onda impetuosa já não é possível resistir-se.

ANTÓNIO SARDINHA

(*Do Gênero nas colunas*, pág. 21)

Henry Massis

COUBE este ano o Grande Prém'io de literatura, a mais alta distinção literária concedida anualmente pela Academia Francesa, a Henry Massis. Crítico e polemista da Contra-Revolução, é como tal que importa traçar na nossa revista algumas linhas da sua biografia intelectual.

Novo (pois tinha dezoito anos apenas), ainda aluno do liceu Condorcet, publica Massis o seu primeiro livro, — *Comment Emile Zola compos ses romans* e vai depô-lo nas mãos de Anatole France como homenagem para quem mais fortemente iam as suas simpatias intelectuais. O encontro encarrega-se porém de mostrar o abismo que separa o velho mestre zombeteiro e sceptico e o novo, símbolo da sua própria geração ávida de certezas; e com o encontro vem o desencanto; e com o desencanto a ruptura triste, mas necessária. Então é ao pé de Barrès que se refugia a sua inteligência. E' a sua segunda fase que começa. Com ela vem a campanha contra a Sorbonne em 1912 e o inquérito em colaboração com Alfred Tardé no meio da mocidade intelectual de 1913 e intitulado *Les Jeunes Gens d'aujourd'hui*. Na primeira, a sua pena morte atacava os velhos idealistas que pontificavam na universidade gloriosa: um Thalamas, um Aulard, um Seignobos, um Seailles. Baixos e incondicionais servidores de uma democracia imprudente e assassina, eles eram pacifistas, anti-exólicos, anti-militaristas. Numa palavra: anti-franceses. A reação era portanto necessária. E a reação veio. Veiu intelectualmente e fisicamente. Intelectualmente com as campanhas célebres de Lasserre, Benjamim e Massis. Fisicamente... Tendo o governo francês encarregado Thalamas de numa sala da Sorbonne fazer conferências insultuosas para Joana d'Arc, era o velho mercenário assobiado e por fim copiosamente postapeado pela mocidade da Action Française, comandada por Maurice Pujo, na própria sala das suas conferências.

Aulard, falsificador dos textos da Revolução francesa, via-se denunciado por um colega seu e dissecado impiedosamente às mãos dos seus próprios discípulos: um Cochin, um Laurentie, um Mathiez!

Por fim, Gabriel Seailles, que da mocidade do *anast-guerre* dizia desprecivelmente que «on peut querre auxes durant mourir pour la Patrie sans se porter plus mal», via-a partir, resoluta, um ano depois para o sacrifício quasi inútil e glorioso. E com ela partiu Massis, tendo um ano antes no seu inquérito à mocidade tocado o levantamento moral nela operado pelo esforço gloriose e genial de alguns velhos mestres: um Bourget, um Barrès, um Daudet, principalmente um Maurras. Ferido no Front, era Massis pelos fins da guerra enviado para o Próximo-Oriente, com uma missão militar francesa. E na Semana Santa de 1918, enquanto a artilharia dos alemães bombardeava Paris, Massis, católico

praticamente, resava sobre o Santo Sepulcro. Daí nos vieram algumas das suas páginas de mais alta emoção.

Acabada a guerra veio a nova ruptura e esta com Barrès. Com Barrès que ao contrário da sua própria frase «il faut aller jusqu'au bout de notre pensée» não se decidira a concluir nem em religião, nem em política. E com a ruptura a sua nova posição ao pé de Mantras, definitiva. De então data a publicação dos seus «*Jugements*» que o firmaram como o crítico da sua geração; a sua resposta em nome do partido da Intelligéncia ao manifesto do grupo derrotista «*Clartés*»; o seu lugar, enfim, como um dos fundadores com Bainville da *Revue Universelle* e por fim o seu volume «*La Défense de l'Occident*» em resposta ao caos e à indigência intelectuais da Alemanha do *aprèsguerre* que se servia das velhas culturas orientais para amosquinar a suprema cultura greco-latina; volume esse que apesar das deficiências e exageros próprios do momento teve como galardão melhor o ter sido atacado por todos os inimigos da latinidade e com ela da própria Civilização.

Assim, para melhor o definir, diz um crítico francês que é preciso falar de ação espiritual quando se trata do Massis católico e de ação intelectual quando se trata do Massis escritor.

Exultemos pois vendo nessa alta distinção concedida a Henry Massis um sinal dos tempos; o sinal de uma geração que sobe por sobre as ruínas das democracias maléficas e corruptas, e de uma geração equilibrada e latina, que querer reconstruir.

Eugenio Moreira

Em face da gallardia com que os nossos polemistas de Seiscentos... combateram, contra o Direito Romano dominante, o conceito patrimonial do Estado, não nos aventuremos a uma afirmação leviana se os sandarmos como os precursores das modernas coerentes nacionalistas. Sustentavam já eles então, contrafeitas as rúpias apologias filipinas, divulgadas por tâda a Itália, que "os Reis foram feitos para os povos, e não os povos para os Reis." E, porque outros não eram as lições e os ensinamentos dos Jesuítas, compreendemos agora porque, um século a seguir, o marquês de Pombal os expulsaria por "manutenção de ideias dos republicanos."

ANTÓNIO SARDINHA

(Da *Hora das colinas*, pág. 240)

Município... ou não

FALA-SE muito agora da reorganização dos municípios. Ignoro qual seja o sentido em que a ordenação municipal se orientará. Ora ela obedecerá às necessidades palpítantes da vida regional, e será um benefício para o país; ou falta aos compromissos entre o Estado e a Nação pelo desrespeito daquele pelo interesse desta, e é mais uma prova de alienação e apartamento.

Na resposta scintilante de Jesus aos fariseus, que o experimentavam traquinamente, o Justo definiu os campos: — dai a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus (Ev. de S. Mateus, xxxii. 21, de S. Marcos, xii. 17, e S. Lucas, xx. 25).

Também nestas reformas, sobre tudo na municipal, deve o reformador dar ao Estado o que ao Estado pertence, restituir à Nação o que lhe a ela pertence e lhe foi arrancado.

Nada há de mais fundamentalmente orgânicos do que o Município, nada portanto de mais nacionalmente interessante do que a sua constituição municipal.

Entre o Estado, entidade abstrata, e a Nação, aglomerado social, está o município. Consoante for o Município, assim é o Estado; conforme sejam as liberdades concedidas ao Município e pelo Estado respeitadas, assim a Nação prosperará com o Estado. E este não tem que cingir a si a Nação, mas viver cingindo-se a ela, que essa é a sua função.

A obra a fazer deve de ser abertamente renovadora. Na história municipal há lições a colher. O Município de hoje porém não pode ser nem a pequena comuna medieval com a sua legislação centrifuga e limitada, nem a unidade tributária a que a perda final das liberdades locais o reduziu.

Essa organização ou é ou não é; ou se faz, e dá ao Município a sua função própria, ou, fóra disso, não se faz.

O que produziu a queda do municipalismo foi a centralização dos seus poderes nas mãos do Rei, quando, para ser reformada a sua poliformação anárquica, perdeu a essência da sua força e do seu direito. A reforma constitucional apenas agravou o problema, fazendo intervir o município na política do Estado.

A decadência portuguesa não vem do virna da Companhia de Jesus, a quem pelo contrário devemos o alento no Império Ultramarino e nos momentos mais graves da nossa história. Vem de um excesso de desgaste, na desproporção da obra formidável, e vem, como o acusa o Velho do Restelo no IV canto de *Os Lusíadas*, da fúria heroica do despovoamento do reino antigo, do consumo de fazendas, da corrida para o incerto e incognito perigo, — causas fundamentais que António

Sérgio, em seus estudos económicos, formulou no excesso do transporte sobre a riqueza.

Quem mais sofre com a actividade marítima foi o município interior, em proveito do município litoral, a agricultura em benefício da navegação.

A riqueza nacional provém da melhor actividade na exploração das riquezas da terra. Não é o Estado quem a crise, mas quem a usufrui. Nação rica, Estado rico, tem de ser o lema equilibrante.

Ora, quem mais em contacto está com a terra, e por isso está em posição de fiel, é o município. Exija-se ao Município o que deve de se lhe exigir pelo que ele representa na economia do país, mas dê-se-lhe prévia e autonomia necessária e concordante.

O Estado, qualquer que seja o seu conceito, é constituído pela multidão de interesses associados e não pelo conjunto de indivíduos dispersos. Compete-lhe proteger esses interesses múltiplos, que formam em globo o interesse nacional, harmonizando-os e canalizando-os na valorização geral. Pelo que se desprende a vantagem da boa organização do município.

Ao contrário das classes estratificadas no direito antigo e da pulverização das classes no seu significado actual, os municípios devem de ser agregados comunitários, onde, se pode impregar-se linguagem algébrica, o município é função dependente das numerosas invariantes que são as diferentes e convergentes formas de actividade.

O município, até mesmo na organização financeira do país, tem de representar, como bom medianeiro que é entre o Estado e a Nação, um papel preponderante. Todos sabem que difícil e complicada é a engrenagem burocrática, e, mais que nenhuma, a das nossas repartição de finanças onde todo o pessoal é de somenos e todo o tempo não demais. Pois o município, entidade diferenciada, e o Estado entidade indiferenciada e geral, hão-de marcar neste campo a sua actividade.

O município recolhe, é por assim dizer o tesouro regional, produto das convergências das classes activas que nele realizam riqueza. O Estado, interesse comum, recolhe o que por lei não comum e absoluta, mas geral e relativa, os municípios,—a região,—têm de entregar para as despesas da Nação nele representada. Simplifica a máquina e equilibra os direitos reciprocos entre a Nação, parte ativa, organizada divisorialmente no seu município (terra e grei), e o Estado organização de conjunto.

Factor administrativo, em que a autonomia é concedida ao município, e só assim pode falar-se de municipalismo,—factor moral de incentivo local e de fixação,—factor pedagógico de ensinamento social na interdependência de interesses, objectivado na governação e enriquecimento do município,—factor económico de desenvolvimento da produção regional,—factor financeiro de coordenação de receitas,—factor de equilíbrio entre os interesses regionais e o interesse Nacional,—o município tem de ser organizado cuidadosamente.

Ha óbices a evitar ou atenuar? Ha. Nem centralização nem dispersão; nem descongestionamento absoluto, nem absolutismo do município. Uma boa lei orgânica geral prevenirá os excessos da individualização.

Mas sempre: dar ao Estado o que é do Estado, ao Município o que é do Município. Ou assim, ou não.

Luis Chaves

CONGRESSO BEIRÃO

Não podia a nossa revista deixar de seguir com simplicidade os trabalhos deste congresso. A sua feição regionalista está de acordo com os princípios que o Integralismo não se tem cansado de espalhar e só nos confrange a inocéncia dos que, dizendo-se democratas, acompanham estas reuniões, em consólio declarado com os princípios da pura democracia. Pois não foi o liberalismo que extinguiu as províncias, substituindo-as pelos distritos, para em tudo mosaizar a Revolução Francesa? Não foi Mouzinho da Silveira, o legislador liberal, coerente até à medula, quem eriou o Estado centralista que nos asfixia?

Combatir, pois, pelo regionalismo (a não ser que se trate de fôrtes de retórica, como temos visto em muitos congressos... regionais) é combatir, como bem o acentuou Rollo Preto nêste congresso, por uma reforma do Estado em moldes diferentes dos actuais.

O IV Congresso da Beira foi uma bela manifestação de fé, foi uma grande parada de fôrças, foi uma afirmação de inteligência e consciência regionalista e de valor, da actividade e da riqueza das três Beiras.

Saudamos a grande província de Portugal, fazendo sinceros votos pela satisfação das suas justas reivindicações; e desejando que em breve a Beira, como todas as nossas províncias, seja uma realidade administrativa e não a escrava do Terreiro do Paço, registamos com justificada satisfação a aprovação dada à tese de Hipólito Raposo sobre «Ensino corporativo e ensino oficial», na qual se reivindica o Estado corporativo, e os aplausos com que foi acolhida a tese de Rollo Preto sobre a reforma do Estado e a descentralização administrativa, tese que afinal nada mais representa do que a concretização luminosa da aspiração de puro regionalismo que vive na alma dos beirões.

Aos nossos ilustres amigos, surs. Drs. Hipólito Raposo e Rollo Preto, apresentamos sinceras felicitações pelo brilhante sucesso alcançado.

O sur. dr. Hipólito Raposo apresentou uma tese sobre monumentos nacionais, que também foi aprovada.

Da sua tese, a que já nos referimos, sobre «Ensino corporativo e ensino oficial», transcrevemos o seguinte:

«A supressão das antigas corporações de artes e ofícios, em 1836, impôs ao Estado o encargo de mestre de todo o trabalho manual e mecânico.

O ensino que se dava com a educação, metódicamente, nas lojas dos mesteiros, começou a ministrar-se em escolas burocratizadas, em longos programas e por numeroso pessoal.

O Estado, ao proclamar a liberdade do trabalho, do mesmo passo, legitimava a liberdade de trabalhar mal ou de permanecer ocioso.

Os grans tradicionais das oficinas, aprendiz, oficial e mestre, foram abolidos na lei, mas, subsistindo desde então na linguagem vulgar, nem pôde impedir até hoje que o aprendiz se considere oficial, ou que o oficial, sem provas nem competência, abra loja de mestre.

Os chamados Ofícios Mecânicos estão em decadência há perto de um século. Perdiu-se o gosto da perfeição e de bom acabamento e generalizou-se a funcional; a lantejoula de embuado substituiu o ofício de trabalho honrado; os diversos artífices, desde o resto de verga à tanaz do luxo, das capaços ao livro encadernado — tudo progrediu num progresso quasi anual de falsificação. A dignidade do trabalho sucedeu a avidez do lucro; ao bom nome do artifício, a fortuna do negócio.

Não foi só a concorrência da máquina que perturbou a mão d'obra: além dessa, compare salientes as causas morais, como são a ausência de espírito corporativo, a falta de sanguess profissionais, de estímulos de aperfeiçoamento e outros.

Cada qual conseguiu a fazer o pior que sabia, para lucrar o melhor que podia. As provisórias da Pousada, de Pisa Manique, da de 1894, 52, 64, 84, 91, 93, 96, 98, 101, 911, 913, 916, 918 e outras muitas, antigas ou de data recente, testemunham por parte do Estado a intenção de desenvolver o ensino profissional nos seus três graus; mas o capítulo da história da pedagogia portuguesa, referente a este ramo de educação, continua sem apelo o ensino oficial que há perto de um século vem sendo ministrado em cidades e vilas importantes, se exceptuarmos duas ou três escolas em que prevaleceu a regra e à orientação do Poder, a dedicação consciente dos seus directores.

Reconhecendo-se que uma das causas do nosso atraso é a deficiente preparação dos operários nas artes e ofícios que exercem, em prejuízo dos chefes de indústria, dos patrões, dos simples particulares e da economia pública, é dever chamar a atenção do Estado para este grave aspecto da actividade nacional.

A organização do trabalho pela sistematização profissional tem de ser um dos fundamentos do Estado Novo na Europa, restabelecendo-se as corporações de ofícios nas bases aceitáveis pelas condições da vida moderna, corrigindo-se os desmandos e imperfeições do trabalho livre, pela disciplina e pela direção geral do sindicato.

Nesta aspiração, propõem-se e defendem-se as seguintes teses:

i — O regimen da livre concorrência profissional, declarado em 1836, com a extinção das corporações de artes e ofícios, não se traduziu em benefícios para a perfeição dos produtos, nem para a elevação da dignidade do trabalho.

ii — As escolas profissionais criadas pelo Estado para suprir e alargar o ensino dos mestres nas oficinas, não corresponderam, na sua generalidade, ao pensamento do legislador, aos esforços nelas empregados e ao dispêndio com essa feito pelo tesouro público.

iii — O Estado deve proceder imediatamente à organização corporativa do trabalho em todas as profissões e, designadamente, na indústria, a fim de que seja restaurado o ensino das ofícios e se lhe possa re estabelecer o justo alívio, extinguir as legiões dos sem trabalho — abater a tirania capitalista, que só conhece direitos, e a tirania vermelha do sindicato revolucionário, que não conhece direitos nem deveres.

Da tese do sr. dr. Rolão Preto, que causou merecida sensação, pelo desassombro, pela lucidez e pela mentalidade robusta que revela, e que é um índice do que podem fazer pelo país aqueles que, servindo o Integralismo Lusitano, o fazem em serviço do Interesse Nacional, dessa tese brilliantíssima fazemos as seguintes transcrições:

«Aqueles que, por comedimento, por inércia, ou por scepticismo entendem tristil a realização dos «congressos regionalistas» esquecem a grande virtude destas assembleias, que reside, sobretudo, no impulso que elas dão ao largo movimento nacional que reclama a Reforma do Estado, buscando-a na restauração das liberdades e prerrogativas municipais e regionais.

Evidentemente, os resultados imediatos que muitos creem descontar destas congressos denota um otimismo exagerado que muitas vezes é motivo para a descrença dos que lhes observam as esperanças na curva do regionalismo nacional. Todavia, o caminho andado ultrapassou já certas etapas que dão uma segurança e uma firmeza definitivas à nossa esperança regionalista.

Nesta hora de reconstrução nacional, em que o problema da Reforma do Estado se põe com nitidez e insistência para todas as correntes de opinião, tal discurso um alto interesse que os hárdeis, reunidos em cortes gerais das três Beiras, estudem e façam chegar ao poder central a expressão desassombrada do sentido em que desejariam que essa reforma fosse feita.

A descentralização administrativa que todos reclamamos unidos e inabaláveis em Aveiro, em Coimbra, em Viseu ou Castelo Branco, só nos poderá vir, contudo, de Lisboa...»

Era a verdade maior, a verdade essencial que sempre não esquecer no decorrer dos trabalhos do IV Congresso das Beiras.

i — A Economia Moderna, colectiva, social, substituindo-se à Economia Individualista, dita liberal, transformou o conceito de Estado.

ii — O Estado era o índice das formações políticas e tende hoje a ser o orgão das forças económicas e sociais.

iii — A gênese das Ditaduras e a transformação das organizações políticas nos países constitucionais demonstram a tendência do novo conceito de Estado.

iv — Centralizador por necessidade política, o Estado, sob a pressão das necessidades económicas modernas, desloca-se no sentido dum Reforma da representação e da reconquista das liberdades corporativas, sindicais e regionais.

v — Todas as formações políticas, desde os «conservadores» mais inseridas no marxismo revolucionário, consideraram falso o velho conceito do Estado e preconizaram a sua Reforma.

vi — O Estado Moderno tem uma função moral cada vez maior e uma missão administrativa cada vez mais limitada.

vii — Rodeado de Conselhos técnicos e limitado pelas liberdades regionais, municipais e corporativas, o Estado moderno será forte, competente, descentralizador.

O trabalho do sr. dr. Rolão Preto termina pelas seguintes conclusões:

O Congresso, reconhecendo o movimento de revisão político-social-económico europeu, preconiza com ele a reforma do Estado centralista e burocrata;

O Congresso, de acordo com as imposições da Economia Moderna, entende que a Reforma do Estado deve ser feita no sentido provincial, regional, municipal, sindicalista e corporativo;

O Congresso entende dignas de estudo, como base da descentralização administrativa, as conclusões seguintes:

i — Província — com uma assembleia provincial, formada de representantes directos dos municípios, representantes das Federações de Sindicatos Regionais simples, representantes de corporações regionais; Câmara de Comércio, conselho de técnicos do comércio e indústria; fomento agrícola; Câmara Sindical e arbitragem nos delitos de trabalho.

ii — Regiões Económicas formadas de sindicatos simples, corporações, sindicatos mistos, federações de sindicatos regionais,

iii — Município formado de representantes eleitos das freguesias, representantes directos dos sindicatos e corporações.

A R T E

MAS O DESPERTAR PRÍNCIPIA

NUNCA o sentido estético do equilíbrio, que constituiu em todas as idades a mais representativa e a mais nobre parcela da arte, foi tão esquecido e incompreendido, como no século XIX. Período de intenso e desordenado movimento reformador, num constante e destrutivo brotar de utopias que iam de encontro às velhas tradições, falsas doutrinas que desnacionalizavam, e destruíam os costumes antigos, esse século *portentoso*, julgando-se senhor de novas *bases* que ofuscariam o pensamento antigo, pretendendo crear novas doutrinas sociais e filosóficas, quebrando bruscamente aquelas tão nobres relações de continuidade com o passado, sent o que, perigoso se tornou sempre prosseguir, nada produziu em matéria de arte, de novo nem de grande, em especial daquela grandezza que se não exprime nas proporções mas de facto no seu verdadeiro significado social e educativo.

O espólio do século XIX no campo da arte, para apenas focarmos este flanco da sua mal equilibrada contextura, representa em boa crítica, e nesse ponto todos são concordes, a mais completa bastardia do bom-gosto, a mais extraordinária faléncia, a mais retumbante confusão estética, aniquilamento quasi completo do senso artístico que caracterizá em outros tempos a verdadeira arte, quando expressão de Fé e de comunicativo nacionalismo, que o foi durante tantos séculos.

Mas o que caracteriza com verdade o pensamento do século XIX, é a sua tendência acentuadamente destruidora, que tudo arrasa sob pretextos futeis, tudo deturpa, mascarando muitas vezes nos seus *célebres*, restauros, antiquíssimas ossaturas arquitectónicas, que assim perdiam o va-

lor da sua própria e primitiva traça, nivelando-se, num princípio igualitário, a insignificantes construções sem nobreza, sem dignidade, despidas de interesse histórico e artístico. E o património de Portugal, nos seus mosteiros, nas suas velhas capelas, levantadas no terrão lusitano pela fé antiga dos portugueses, vai derruindo sob a acção dissidente, anti-cristã dos inimigos da tradição, e tão louca é essa onda derrotista, tão desordenada, tão perversa e repugnante nos seus efeitos, que mais parece o despeito mal sofrido dos homens de *óitocentos*, desalentados ante a incapacidade absoluta de continuar a obra dos séculos anteriores, de que se tinham isolado numa atitude de dignidade ridícula e pretençiosa, despeito enorme que os levava a arrasar pedra por pedra as manifestações da arte antiga, testemunhas do pensamento antigo e do ideal antigo, para que se não pudessem estabelecer confrontos.

E assim derruem claustros, abandonam-se igrejas, descorram-se os túmulos dos cavaleiros antigos de tal modo que, o cofre tumular que guardava a ossada de Egas Moniz é transformado em pia de um bebedouro público e os vereadores dos municípios de Portugal, num desrespeito completo pela antiguidade dos seus monumentos arquitectónicos, numa ignorância e num desinteresse pausoso, com o pretexto de embellecimentos locais, tantas vezes mesquinhas obras de mau gosto, num plano comum de destruição dos vestígios dum passado glorioso, vão arrazando sem o menor decurso, tudo o que se lhes opõe à realização das obras do seu pelouro, traçando e talhando à larga com um desassombro inconcebível.

E o mau gosto vai alastrando e não contente com ir destruindo o que existia de nobre em matéria de arte antiga, deturpa e transforma todos os aspectos da vida portuguesa e a nossa paisagem rustica, para que se fôr criando um tipo arquitectónico próprio, que provinha da região, pesado e austero nas províncias do Norte, de sólidas cantarias de granito lavrado, leve e claro com esormes planos de cal, para as bandas do Sul — vê-se assaltada pelo inadequado e pretençoso *chápel* que tão mal vai com os nossos campos soalheiros e luminosos.

Mas o mal é geral e o aspecto das nossas cidades vai-se modificando também, perdendo todo o seu pictoresco, todo o seu carácter e não só as edificações novas são construídas pela traça moderna, importada do estrangeiro, naquele péssimo gosto que por toda a parte aprecia, manifestação evidente da crise de um ideal levantado que nortasse os artistas, mas para completar a obra de ruina, as nossas antigas edificações são deturpadas ainda nas suas linhas mais nobres, nas suas características próprias, e os beirais de télha portuguesa, tão expressivos e tão curiosamente comunicativos, são substituídos, com uma generalidade de espantosa, por horrentas platibandas de gosto francês.

Mas no entanto o século XIX que representa a síntese ou o desfecho daquele vergonhoso movimento já de antes iniciado, sem elevação, sem dignidade ou nobreza que esquecia as tradições, profanava templos

e deixava os ssadas dos nossos heróis ao abandono, não quis terminar os seus dias sem fazer convicto o seu acto de contrição em que as suas maiores mentalidades na critica da arte, clara e vincadamente apontavam como necessário o regresso á arte dos nossos dias, do tão nobilitante equilíbrio estético antigo.

E o período de decadência artística parece ter acabado e que de facto, para hora nossa, depois de um mau século, de perdição e de ruína, uma nova era pincipia, num esperançoso despertar no interesse com que já se olham as manifestações da arte portuguesa antiga, no uso moderno e criterioso do azuléjo, no abandono, em boa parte do ferro fundido que ia destruindo a tão bela arte da forja, compreendendo-se que ha maior nobreza numa modesta grade de ferro forjado, sem pretenções decorativas, do que nas pretenciosas obras moldadas em formas, sem interesse e repetidas milhares de vezes pelo mesmíssimo molde que tudo igualava, no utilitarismo deploável que caracterizou o século.

Foi essa ância nacionalista, que já se findar do século XIX, pretendia um Portugal português, reintegrado nas suas tradições abandonando extrangeirismos desprimatorios e indignos de que não necessitava, que entrando francamente e com desassombro no velho caminho da tradição, tornou possível o renascimento da casa *portuguesa* de tal modo que, de novo em Portugal vamos tendo a impressão cada vez mais vincente de que somos portugueses.

A. de Mendonça-Dias

FALOU O PAPA

Deslumbrantes orgulhos na nossa recisão a instabilíssima curia eccl. que o Sumo Pontífice responde às infelizes considerações... parlamentares do Macacolim a propósito de afeitos da Latrila.

Não nas permitido o fato de expor a sua transcrição na íntegra, limitando-nos a assinalar a acepção das nossas intenções para os pontos doctrinários que abertos publicamente, segundo a tradução das Novidades.

...Meamo na Concordata estão em presença, se não dois Estados, certíssimamente duas Soberanias plenas, isto é, plenamente perfeitas, cada uma na sua ordem, ordenadas sócialemente determinada pelos respectivos fins; donde é óbvio concluir que a objectiva dignidade destes fins determina, não menos objectiva e necessariamente, a absoluta superioridade da Igreja.

...Não é, pois, a organização católica na Itália que se submete à soberania do Estado, mesmo em condições de particular favor; mas é o Sumo Pontífice, a suprema e soberana autoridade da Igreja, que dispõe

aquilo que julga poder e dever fazer-se, para a maior glória de Deus e para o maior bem nas almas, e no pior dos casos (que está bem longe de ser o Nosso) para a menor ofensa de Aquele e menor mal destas.

... Como se a Igreja alguma vez tivesse pedido ao Estado que renunciasse ao direito e à autoridade que legitimamente lhe competem, quando o que é certo é que a Igreja foi sempre reconhecida como o sustentáculo de um e de outra, sobretudo nos momentos críticos e difíceis; quando a Igreja nunca pediu, nem pede agora ao Estado, mais do que o seu direito incontestável à justa e ordenada cooperação com él, para o bem comum segundo a justiça e a ordem dos fins.

... O Estado nada tem a temer da educação dada pela Igreja e debaixo das suas directivas; foi esta educação que preparou a civilização moderna, em tudo o que ela tem de realmente bom, em tudo o que ela é de melhor e de mais elevado.

... «Estado católico», diz-se e repete-se, mas «Estado fascista»; tomamos nota, sem dificuldade e até com muito gosto, já que isto quer dizer indubbiavelmente que o Estado fascista, tanto na ordem das idéias e das doutrinas como na ordem prática, nada querer admitir que não esteja de acordo com a doutrina e com a prática católica; sem o que o Estado católico não seria nem poderia ser possível.

... Ismos no entanto que recordar e declarar que, segundo os Pactos subscritos, o Tratado não é o único que não pode ser objecto de discussão; ou para melhor nos explicarmos, o Tratado e a Concordata, tanto segundo a sua letra e espírito como por entendimentos explícitos, orais e escritos, são complemento necessário um do outro, e um do outro inseparáveis e indivisíveis. Daí resulta que *sicut stabunt, sicut cedent*, ainda que, em consequência, devesse cair a cidade do Vaticano com o seu Estado; pelo que nos diz respeito e com o auxílio divino, as suas ruínas deixar-nos hiam impavido.

Sa falamos assim, não é porque Nos tenha abandonado, ou esteja a ponto de abandonar-Nos aquele justo e razoável optimismo que é necessário à vida; é para dizermos apenas que estamos tranquilamente, e desde esta hora, resignados e prontos a tudo aquilo que a divina Providência queira ou permita.

... sem o auxílio de Deus, em vão trabalham os que edificam a casa, ainda que trabalhem longamente e com paciente e meticulosa diligéncia.

de Letras

OS VÍNCULOS ETERNOS por Manuel Ribeiro.

Quis Manuel Ribeiro nos «Vínculos Eternos» estabelecer uma discussão sobre o valor normativo da Ciência, e muito especialmente frisar que o idealismo, de base racionalista, não pode obter utilidades morais tão vincadas como a Fé religiosa. Tese difícil, encarar o valor normativo da Ciência, já tinha seduzido Bourget que no seu *Le Disciple* nos deu uma obra de formidável penetração analítica.

O Sr. Manuel Ribeiro retoma essa tese, cuja atração permanece, mas pondo a Ciência em frete do idealismo revolucionário, para chegar à conclusão de que se excluem e de que as aspirações morais da alma humana só têm plena satisfação na doutrina católica, pois se a Ciência esborra facilmente os sistemas baseados no racionalismo, «nada pode contra Deus, simplesmente porque o não alcança».

Assistimos em todo o romance ao drama de inteligência que se passa em Mateus, idealista revolucionário que procura certezas na Ciência, para só verificar a falácia dos seus ideais e o absurdo dum moral científico. A pouco e pouco, não sem reacções temerosas, como a que lhe provoca a paixão por D. Augusta, Mateus abre-se à verdade absoluta que se encontra trazida pela mão doce e suave de Maria Carlota.

Instrumentos desta trajetória espiritual são dois: um o sábio Dr. José Torres, figura estranha e incompreensível, que aceita a Religião sem possuir a Fé, que pratica, porque reconhece a necessidade de crer e porque a Ciência só lhe oferece dívidas e incertezas; outro, figura bem mais humana, o abade Miguel, cujo bom senso e bondade evangélica são avivados em truços caricaturais e cuja seção providencial obriga à queda irreparável de Mateus.

Entre as longas discussões filosóficas

e científicas, que prejudicam o romance como tal (o que o autor da «Batalha nas sombras» talvez pudesse ter evitado), as personagens aparecem-nos com os seus caracteres próprios, mais ou menos bem vincados, mais ou menos verossimilhantes. Mateus é o homem cerebral que começa a nascer para a vida afetiva, entre a estima forte do abade, a paixão pecaminosa de D. Augusta e o amor puro de Maria Carlota; o Dr. Torres é o cientista séco, conservando os velhos hábitos do professor, tendo a iluminar-lhe a velhice a sobrinha Maria Carlota, que nos aparece discretamente para ficar em maior realce a sua ternura suavidade; D. Augusta é a mulher fértil e sensual, produto duma educação deficitária; José Pedroso, imagem do político dos partidos, filho da democracia, um safado moral, sem sombra de escrúpulos; e finalmente o abade, de fé robusta e simples, naturalmente cristão.

Resumo o ilustre escritor neste obra, talvez inferior de expressão psicológica quanto a alguns personagens, as suas qualidades de bom provedor, com imagens felizes e um penetrante sentido da paisagem (do que já nos dera bons exemplos em «A Revolta dos Anjos» e «A Planície Heroica»), estilo corrente e claro, bem português, sem contorções de linguagem.

O livro é tanto mais interessante quanto o que nela se descreve não é sendo a evolução mental do seu autor. Ele próprio o testemunha, nas seguintes palavras cheias de nobreza com que fecha uma discussão travada no *Diário de Notícias* com o Sr. Campos Lima:

«Se desacompanhei em ideias Campos Lima, foi porque me não deixei ficar no nebuloso e abstrato das concepções humanitárias, que não têm base firme.

A Ciência abriu-me os olhos em matéria social e varreu todo o misticismo racionalista que me empolgava, de tal sorte que a minha idealidade ingénua teve que alicerçar-se em mais sólidos fundamentos, para eu poder ser lógico e

coerente em toda a linha das minhas aspirações morais.

Por isso mesmo «Os Vínculos Eternos» são uma obra viva, cheia de lâminas suggestões e de alto valor educativo.

E digo de louvor o esforço reconstrutivo de Manuel Ribeiro que transpõe

para este livro o drama de muitas almas nobres, entreladas no scientismo racionalista, e que, podendo fazer melhor como romance, não quis sacrificar a intenção superior à obra de arte literária.

L. R. A.

ao ritmo da Ampulheta

NÓS, A SEARA E... O 9 DE ABRIL

No n.º 161 da «Seara Nova» lê-se a nosso respeito o seguinte:

«Escreveu-se na «Política», órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano — n.º 1, ano I, 1929:

• «Nesta data no ano de 1918 foi escrita pelos políticos que governavam em nome da República contra a nação uma página de lata...»

No fim, e fora a rubro na capa desse gato, a Cruz de Cristo das Caravelas e dos combates que fizeram o nosso resgate a glória da nação!

Como entender aquelas palavras? — Que insuficiência mental, que desorientado patriotsimo, que pobre dolo seccário, estrelado e negativo, sem risão nem robre, permitem se escrevam, hoje ainda, palavras como aquelas?

Pertencemos ao número dos que, em mais dum integralista, é faixa de mais desinteressada negligéncia ou mais para patriotsimo que o nosso, reconheceremos um patriotsimo igual.

E, ao sr. aquela pobres palavras, como compensação, recordamos camaradas da guerra; mandrakeiros que ao nosso lado se bateram, irmãos nossos, fiéis à Pátria, e cujo patriotsimo pode extender como, na Flandres, os portugueses se bateram pela Pátria, defendendo o Ultramar Português — homens que eram portugueses e traziam no peito a Cruz das Caravelas... — A. C.»

Fiel aos seus processos, a «Seara» faleceu e truncou as nossas palavras. Elas pairam na integra:

«Nesta data no ano de 1918 foi escrita pelos políticos que governavam em nome da República contra a Nação uma página de lata.

É foi escrita pelo Estrelado uma página de instil mas gloriosa bravura.

E o Mando viu mais uma vez como costumava morrer os soldados de Portugal.

Hora das que tão heróicamente se bateram ao lembrar-se de que eram portugueses.

Poderíamos passar em claro as palavras grosseiras e toalmente descalificadas que nos dirigem. As duas transcrições que fazemos constituem por si a nossa melhor resposta. A consideração que temos por nós próprios força-nos, porém, a um breve comentário, ou esclarecimento, sapéfilho embora.

E é a não verdade que fomos derrotados na batalla do 9 de Abril?

E o não verdade que as nossas tropas se bateram bravamente?

A quem pois a culpa da derrota, sr. A. C.?

Desejamos que o sr. A. C., em nome da Verdade, responda aquelas perguntas.

Porque no 9 de Abril fomos derrotados, entendemos que essa data é uma página de lata.

Porque a bravura das tropas não logrou impedir a derrota, a apelidámos de gloriosa e instil.

Porque as tropas cumpriram heróicamente o seu dever, não lhes podemos atribuir a derrota. Logo... que eram demonstrando.

Que insuficiência mental a sua, sr. A.

C., que desorientado patriotismo o seu? Que poder ódio sectário, escrúpulo e negativo, tem rido meu sobressa, de permitir comentar pela firma por que o fez as nossas modestas, mas sinceras e justicieras palavras?

Onde está no que escrevemos uma alusão, cara ou não, à questão da salvaguarda do Ultramar Português, pela intervenção no front de Flandres?

Mas já que o sr. A. C., desairiando as nossas palavras, nos quer levar para si, desde já o empratamo a que nos denunciem:

a) que a nossa intervenção no front europeu salvaguardou o Ultramar Português;

b) que foi esse o principal objectivo do famigerado quarteto castrófico.

Apenas mais umas palavras, sr. A. C. e sr. Seareiros:

Estamos habituados a não receber, nem permitir, lições de patriotismo seja de quem for; muito menos os receberemos de quem não tem autoridade para nos falar.

Não costumamos pregoar patriotismo por um lado e pedir a intervenção estrangeira por outro.

Os homens que escamaram com o brasileiro Bernardo Machado e com José Domingos dos Santos, não podem falar connosco sobre patriotismo.

Os homens que movem na imprensa estrangeira uma campanha de descrédito contra o governo do seu país e os que com elos se solidarizam, não têm autoridade moral para invocar o sangue português derramado na África e na Flandres.

O patriotismo da Senra!... Mas a quem pretendem os sr. Dadi?

ACUSACÕES... GRATUITAS

Numa sessão de homenagem a Francisco Luis Gomes, que há tempos se realizou, falou o sr. António Ferrão. Era, pela sua natureza, uma sessão em que os oradores deviam inspirar pela elevação do pensamento e de linguagem, elogios da sua responsabilidade pelas palavras proferidas naquele momento. O sr. António Ferrão é que não esteve pelos ajetes e, segundo lemos na Voz, a sua

homenagem a Francisco Luis Gomes consistiu em insistir que o livro d'este sobre Pombal é um panegírico do Marquês, quando, na verdade, ele concebido porventura a primeira tentativa de redução do perfil do Marquês às suas proporções naturais. Numa sessão de homenagem deturpar-se o sentido da obra da pessoa a quem se presta homenagem, já é uma honestidade intelectual pouco recomendável!

Mas o sr. Ferrão não se contentou com isto e, torcendo armas pelo Marquês de Pombal contra os que mais severamente têm apreciado a obra do discutido estadista que expulsou os jesuítas por acausas monárquicas e sequazes dos republicanos, fez a Comissão a associação insidiada de ter recolhido cento libras para escrever o «Peit do Marquês de Pombal». O sr. Fernando Campos, em carta para A Voz, contou o sr. Ferrão a provar o que disse. Até a data em que escrevemos, o cidadão não acordou ainda ao convite. Diferiu a questão, prometendo para breve (mas já vai desmoronar) uma conferência sobre o assunto.

Et voilà comme ça fait l'histoire... Voltaire e a maçonaria reconhecidas nos seus apagamentos à metáfora, à cútia, «pois da membra sempre alguma cosa fica». O processo continua a ser seguido.

Já o sr. Júlio Dantas, reeditando uma afirmação caluniosa para o grande Rei que foi o sr. D. Carlos I, se via forçado a negar em face da intervenção de Rocha Martins.

Agora é o sr. Ferrão... Que zomba a verdade toda, que só de conhecer, se a sua atitude não é nesse uma habilidade!

Ora o fabricante de... histórias!
Passe bem, sr. Ferrão...

COMBATENTES DA GRANDE GUERRA

Política seda os valentes combatentes portugueses, há dias reunidos em congresso, fazendo votos pela satisfação das suas justas reivindicações. Mas que reivindicações, sobretudo, a dívida que o Estado, em nome da Nação, tem para com os mutilados da guerra e as viúvas

e os filhos dos combatentes que na guerra perderam a vida.

E finalmente, como todos combatemos por Portugal, essa Pátria, entendo que não deve haver distinção entre os que se batem na guerra com a Alemanha, quer na terra estrangeira da Flandres, quer nas conquistas portuguesas do África, que o inimigo pode talar, por culpa de governos anti-nacionais e de ministros como o «encorajando» ser, António José d'Almeida, (não falso no «quadro catastrófico»), e os que também arriscaram a vida em campanhas anteriores.

Todos merecem da Pátria.

NUN' ALVARES

Em 24 de Junho de 1386 nascceu Nun' Alvares Pereira, o herói da nossa independência. O Santo Condestável é o tipo mais representativo da nossa raça de guerreiros e de sáculos. Medeio glorioso para todos os portugueses, especialmente para a mocidade, aquí o spontâneo enternecimento, recordando uma data que deve estar no coração de todos os que têm o verdadeiro amor da Pátria, «não morto de prémio vil, mas alto e quasi eterno». Tudo sacrificou, até os lacos de sangue, pela terra portuguesa. E quando uma vez sua mãe se fez portadora de propostas aliancistas para o levar a combater por D. João de Castela, ele limitou-se a responder, em tóda a simplicidade do seu grande coração: «Deus não queria que por diávinas e largas promessas eu viesse contra a terra que me criou. Por ela morreria e darei o meu sangue». Corso guerreiro, é o herói insigne dos Atelheiros, de Aljubarrota e de Valverde. Profundamente religioso, em Deus pousou sempre o apoio para as suas empresas. E quando a independência foi assegurada, Nun' Alvares recolheu no covelo do Carmo, que tinha fundado, acisilando ainda mais as suas virtudes. Vives e morresse satisfeita. Hoje, por decreto do Santo Padre Bento XV, está beatificado, e é o grande Padroeiro de Portugal na corte celeste.

Quanto mais fervoroso e mais se alargue o culto de Nun' Alvares, mais firme é a nossa fé nos destinos de Portugal,

que tem coro primária condição a consolo moral à volta de tanto vulto.

Sabia, pois, das nossas corações a inquietudão formosissima:

— Bento Nuno de Santa Maria, rugai a Deus por Portugal.

CAMÕES

Tendo perdido a oportunidade, desido ao mundo com que saí a nossa revista, qualquer referência à festa nacional de 10 de Junho, que celebra em Camões o valor da Raça, limitando-nos a deixar aqui este simples recordação para essa data e a exprimir o nosso aplauso por tudo o que tenda a exaltar o sentimento nacional, na lido e no estímulo que nos vêm do Passado.

Prova-se mais uma vez que uma nação só pode existir sem Tradição,
Pátria, terra patrav!

DIAS ANEDOTAS

Transcrevemo-las de *La Croix*, Vlo mesmo em francês, para não perderem o sabor original:

Renard — Alors, vous allez appliquer nos théories sur le desservant ?

Mac Donald — Oui, mais pas en Angleterre.

— Êtes-vous toujours antiféministe ?

Blau — Si nous étions sûrs que les femmes votent comme en Angleterre, il faudrait leur accorder le droit de vote tout de suite !

UM CHEFE DE ESTADO

Dizem os jornais que o general Gomez, que foi durante 20 anos presidente da república da Venezuela, foi respeitado mais uma vez para o alto cargo, mas renunciou a exercê-lo.

É decreto um caso único ou, pelo menos, raroissimo, o de um presidente duma República que exerce esta função por 20 anos consecutivos. Ao general Gomez se atribui tóda a prosperidade do que a Venezuela goza. Vê-se agilidamente a vantagem da continuidade do poder e da autoridade efectiva, pois as informações acrescentam também que

o general Gómez governou «com ferro e ferro».

País novo, sem tradições, atravessando o período crítica da formação, cremos que a Venezuela, como a maior parte das pequenas repúblicas americanas, foi também vítima de guerras civis e de discordias prolongadas. Como no México o general Díaz, predecessor do Gómez, o general Gómez. Assim pôde um paizinho condicione, reconhecendo a vantagem do que forma a essência da Monarquia (e tanto que muitos Estados republicanos, como o nosso, não admitem a reeleição), levantar-se e progredir.

Se o general Gómez fosse o elo dum dissídio, por muito duro que lhe fosse o ofício do governo da nação, ali permaneceria, no mesmo para que o filho e sucessor encontrasse um caminho desimpedido e fácil na sua frente.

Assim... quem nos dirá a nós que a

Venezuela não vai entrar de novo num período de convulsões?

Foi o que sucedeu logo após a queda de Díaz, que governou 30 anos no México.

ESTÃO VERDES...

Quando o *placard* de *O Século* afixou a notícia de que tinha sido ratificado o acordo de Latrão, em dos transentes depois de fér, dizia a um compatriota:

— Eu tinhos a maior alegria com o cumprimento daquele *parceria* (sic) entre o Quirinal e o Vaticano...

Conservamos a linguagem original, com toda a sua elegância democrática, que faz deslizar mais ao vivo o sentido e a maneira de ser dos personagens.

Bem pode o sr. Cancho ameaçar os acordos de Latrão. Já sabemos: estão verdes...

aos nossos Leitores

O período de exames que se tem estado atravessando tem-nos impedido de prestar à nossa revista, toda a atenção que desejarmos. Daí a irregularidade da saída. Em todo o caso, o manter a sua publicação numa altura em que é costume suspenderem-se as publicações académicas, representa um esforço e um sacrifício, que estamos certos, será devidamente apreciado.

Findos como estão quais os trabalhos escolares a nossa revista passará de hoje em diante a sair com regularidade.

É necessário que os nossos leitores nos ajudem e correspondam à nossa bondade. Para que «Política» tenha uma vida desafogada e livre basta que cada um dos nossos estimados assistentes nos arranje, pelo menos, uma nova assinatura.

Crêmos que não é pedir muito. No combate esti que andamos empenhados, só dos nossos leitores e amigos nos pode vir a ajuda e o incentivo. Aproveitamos a ocasião para lembrar mais uma vez que nos seja comunicado qualquer mudança de direcção.

Vão ser enviados à cobrança as assinaturas da província. Paga-las pontualmente é uma maneira dos nossos assistentes nos pouparem despesas e trabalho.

Aos nossos camaradas, Francisco da Cunha Leão e Alvaro Viegas de Oliveira que tem sido incansável em angariar-nos novas assinaturas, o nosso mais vivo reconhecimento. A todos os nossos amigos que nos temem endereçado palavras de incitamento, abraçamos cordialmente, afirmando-lhes que nos não pouparemos a esforços para correspondermos a tantas atenções recebidas e para fazermos de «Política» um baluarte do bom combate pela Verdade política portuguesa.

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

PARTOS - SÍFILIS

CONSULTAS — Largo José Fontana, 12-2.

ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das mulheres, Partos, Cirurgia.

Testemunhos para idosa e estomatologia

AVENIDA DOS ALCADES, 41, 1.º — PORTO

TELEF. 4807

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis

CONSULTAS

LISBOA: Rua 15 de Outubro, 32 — Tel. C. 2520

ÀS 14 H.

BAFUNDO: R. Paio Pires

ÀS 13 H

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 76, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

EXAMES EM OUTUBRO

(Admissão & Universidade)

Prepara na secção de ciências
o conhecido professor de matemática,

Reis d'Azevedo

R. da Fé, 12, 2.º — TELEFONE N. 3790

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Tel. N. 4852

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

No próximo número

FASCISMO E CATOLICISMO II — *J. Pequeno Rebelo*

DEANTE DOS PELOURINHOS — *Luiz Chaves*

POLÍTICA ACADEMICA

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

etc., etc.

POLÍTICA vende-se em Lisboa nas Livrarias:

Perito — R. Nova do Almada, 74

Allard e Bertrand — R. Garrett, 73

e nas Tabacarias:

Barbosa — R. do Carmo, 87

Adamastor — R. 1.º de Dezembro, 2-B

do Sássio

da Brasileira do Rio

Barreiro Canhas — R. Conde de Redondo, 45

Manuel Costa — R. Conde de Redondo, 88-93

